MATERNIDADE NEGRA E O SILÊNCIO MIDIÁTICO: A AUTORREPRESENTAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA NO JORNALISMO EM REDE

BLACK MOTHERHOOD AND MEDIA SILENCE: SELF-REPRESENTATION AS A STRATEGY OF RESISTANCE IN ONLINE JOURNALISM

Sara Luiza Conceição Peixoto Oliveira[1]
Aline Pinto Luz[2]

RESUMO

O presente artigo examina a representação e o frequente silenciamento das experiências da maternidade de mulheres negras nos meios de comunicação brasileiros. O estudo busca compreender como o jornalismo, enquanto agente formador de opinião, contribui para a invisibilização ou para a construção de narrativas humanizadas sobre a maternidade negra. Diante da ausência de representações justas nas mídias tradicionais, a pesquisa analisa o perfil Mães Pretas no Instagram como um espaço alternativo de resistência e visibilidade. A metodologia adotada é qualitativa e descritiva, utilizando análise temática e observação das publicações do perfil, complementadas por entrevista com a presidente da associação. Os resultados demonstram que o projeto atua na articulação de afeto, identidade e representatividade, estabelecendo uma rede de apoio fundamental. Conclui-se que o jornalismo, ao incorporar e amplificar essas vozes historicamente silenciadas, transcende a simples reportagem estatística, fortalece a cidadania e contribui para uma sociedade mais justa e equitativa.

Palavras-chave: Maternidade negra; mídia; jornalismo.

ABSTRACT

This article examines the representation and frequent silencing of Black women's experiences of motherhood in Brazilian media. The study seeks to understand how journalism, as an opinion-forming agent, contributes to the invisibility or the construction of humanized narratives about Black motherhood. Given the absence of fair representation in traditional media, the research analyzes the "Black Mothers" profile on Instagram as an alternative space for resistance and visibility. The methodology adopted is qualitative and descriptive, using thematic analysis and observation of the profile's publications, complemented by an interview with the association's president. The results demonstrate that the project works to articulate affection, identity, and representativeness, establishing a fundamental support network. It concludes that journalism, by incorporating and amplifying these historically silenced voices, transcends simple statistical reporting, strengthens citizenship, and contributes to a more just and equitable society.

Keywords: Black motherhood; media; journalism.

[1] Discente UNIFTC
[2] Docente REDE UNIFTC

INTRODUÇÃO

A maternidade, enquanto fenômeno social, passou por profundas transformações ao longo das últimas décadas, impulsionadas por políticas públicas, debates sobre humanização do parto, direitos reprodutivos e novas formas de cuidado. Contudo, esses avanços não alcançam todas as mulheres de maneira equitativa. No Brasil, a maternidade negra permanece atravessada por desigualdades estruturais que afetam diretamente o acesso à saúde, o direito ao cuidado e a vivência plena da gestação, parto e pós-parto, revelando disparidades que persistem mesmo diante de mudanças normativas e discursivas.

Como argumenta Silvio de Almeida (2018), o racismo funciona como uma estrutura que organiza a sociedade nos âmbitos político, econômico, jurídico e simbólico, influenciando a forma como grupos são tratados e percebidos. Nesse cenário, o racismo obstétrico e as violências vivenciadas por mulheres negras não configuram episódios pontuais, mas expressões de um sistema que historicamente desumaniza seus corpos. Além das barreiras institucionais, essas mulheres enfrentam invisibilizações sociais, afetivas e simbólicas, dinâmicas que se reproduzem no campo da comunicação, onde suas experiências são frequentemente ignoradas ou reduzidas a estereótipos.

O jornalismo tradicional, por sua vez, exerce papel central na manutenção ou no enfrentamento dessas desigualdades. Pesquisas como as de Piza e Rosemberg (1998), Ferreira (2021) e Ribeiro (2019) demonstram que mulheres negras seguem sub-representadas e frequentemente retratadas de forma estigmatizada, reforçando uma agenda midiática que pouco contempla a pluralidade das vivências maternas. Como afirma Traquina (2005), o jornalismo não espelha a realidade, mas constrói mundos possíveis, o que implica reconhecer sua responsabilidade na produção e na correção das assimetrias representacionais. Nesse contexto de silenciamento midiático, as redes sociais surgem como espaços alternativos de visibilidade, disputa narrativa e construção de novas formas de representação.

É nesse ambiente que se insere o perfil Mães Pretas, no Instagram, que articula afeto, acolhimento e resistência simbólica ao discutir a maternidade negra a partir das próprias experiências das mulheres envolvidas. Diante disso,

esta pesquisa busca compreender como iniciativas comunicacionais de base comunitária tensionam lacunas deixadas pela mídia tradicional e ampliam a visibilidade de narrativas historicamente silenciadas. Assim, o objetivo deste estudo é analisar como o perfil Mães Pretas comunica a experiência da maternidade de mulheres negras, investigando: (a) os tipos de postagem; (b) as práticas de engajamento (comentários e compartilhamentos); e (c) os padrões e frequência de publicação.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa descritivo-exploratória, com abordagem qualitativa, por permitir compreender sentidos, práticas e significados expressos nas narrativas comunicacionais (MINAYO, 2014). Elementos quantitativos simples foram incorporados para complementar a descrição do engajamento do público. O estudo busca interpretar como o perfil Mães Pretas atua como espaço de comunicação alternativa e contribui para deslocar narrativas do silêncio para formas de representação da maternidade negra.

O percurso integrou três frentes: análise de conteúdo em mídias sociais, entrevista com informante-chave e revisão narrativa da literatura. A observação sistemática das publicações do perfil foi conduzida entre 22/10 e 07/11/2025, registrando temas, formatos e estratégias comunicacionais. Em paralelo, uma entrevista semiestruturada foi realizada com a presidente da associação, Adriana Centeno, a fim de contextualizar os sentidos atribuídos ao conteúdo. A fundamentação teórica resultou de uma revisão narrativa baseada em buscas no Google Acadêmico, entre setembro e novembro, sobre percepção histórica da maternidade, maternidades negras e jornalismo.

A coleta contemplou:

1. Observação sistemática do conteúdo publicado no período delimitado;
2. Levantamento de métricas de engajamento (curtidas e comentários) em uma amostra representativa;
3. Entrevista semiestruturada com a liderança do projeto.

Os termos da revisão narrativa orientaram a seleção de estudos que dialogam com o objeto de pesquisa. Os dados qualitativos foram analisados por análise temática (BARDIN, 2016), envolvendo a identificação de núcleos de sentido. As métricas de engajamento foram tratadas por estatística descritiva simples, permitindo caracterizar padrões de interação do público. A triangulação entre dados empíricos e literatura subsidiou a interpretação do papel das mídias sociais na construção de narrativas sobre a maternidade negra.

A entrevista teve consentimento informado, o uso de prints foi autorizado e dados sensíveis foram anonimizados quando necessário. Todos os registros de campo foram armazenados de forma segura, respeitando princípios de privacidade e integridade.

PERCEPÇÃO DA MATERNIDADE AO LONGO DA HISTÓRIA

A maternidade, enquanto construção social, apresenta múltiplos significados que variam conforme tempo, cultura e contexto histórico. Originalmente associada exclusivamente ao feminino, o conceito foi sendo ressignificado, sobretudo a partir das discussões contemporâneas sobre gênero, que reconhecem também a vivência da maternidade por homens transgêneros (SAFFIOTI, 2004). Assim, a compreensão da maternidade ultrapassa a dimensão biológica, incorporando elementos simbólicos, afetivos e sociais.

Na Idade Média, a maternidade era marcada por relações essencialmente pragmáticas, determinadas por interesses econômicos e pela preservação familiar (WOLF, 1992). O matrimônio, frequentemente arranjado, visava a transmissão de bens, linhagens e tradições, e não o estabelecimento de vínculos afetivos. Nesse contexto, mulheres e crianças eram socialmente desvalorizadas, e práticas como a entrega de bebês às amas de leite contribuíam para a ausência de laços emocionais entre mães e filhos (SAFFIOTI, 2004).

Com o advento do capitalismo e a consolidação da burguesia, ocorreu uma redefinição dos papéis de gênero. Ao homem coube o trabalho produtivo e o provimento financeiro, enquanto à mulher foram atribuídas a domesticidade

e a responsabilidade pelo cuidado da família (WOLF, 1992). No século XIX, esse modelo atingiu seu ápice com a exaltação da maternidade como missão central da mulher, elevando seu status social à medida que se dedicava ao lar e aos filhos (SAFFIOTI, 2004).

Após a Primeira Guerra Mundial, o movimento pró-natalista fortaleceu a maternidade como dever patriótico, associando-a à necessidade de reconstrução econômica e expansão populacional das nações (GONZÁLEZ, 2015). Essa perspectiva reforçou a pressão social para que mulheres atendessem às expectativas maternas, naturalizando a ideia de que seu papel primordial deveria ser a reprodução e o cuidado familiar.

A partir da década de 1960, com os avanços dos movimentos feministas e a ampliação da participação feminina no mercado de trabalho, intensificaram-se debates sobre divisão sexual do trabalho e corresponsabilidade doméstica (RIBEIRO, 2017). Nos anos 1990, os avanços da biomedicina e das tecnologias reprodutivas transformaram novamente o conceito de maternidade, ampliando-o para além da gestação biológica. Passou-se a reconhecer como mãe aquela que cuida, acompanha e estabelece vínculos afetivos (BADINTER, 1985; SAFFIOTI, 2004). Simultaneamente, famílias formadas por casais homoafetivos passaram a reivindicar o direito à parentalidade, ampliando as fronteiras do conceito de família (AKOTIRENE, 2019). Na sociedade contemporânea, observa-se ainda a crescente “terceirização do cuidado”, marcada por desigualdades socioeconômicas que influenciam distintas formas de organização familiar (RIBEIRO, 2017).

Ao longo do tempo, portanto, a maternidade passou por sucessivas ressignificações, acompanhando transformações culturais, econômicas, políticas e tecnocientíficas. Os significados atribuídos à figura materna também foram sendo reproduzidos, tensionados e legitimados pelos meios de comunicação, que desempenham papel central na formação das percepções sociais sobre gênero, família e cuidado (TRAQUINA, 2005).

Em síntese, compreender a maternidade ao longo da história implica reconhecer que se trata de uma categoria dinâmica, construída e reconstruída em diálogo com os valores e disputas de cada época. As mudanças observadas, da maternidade como obrigação patriótica à maternidade como prática afetiva e plural, revelam um conceito em constante transformação. Esse percurso

evidencia a urgência de abordagens comunicacionais e sociais que contemplem a diversidade das experiências maternas e reconheçam a centralidade do cuidado na promoção da equidade e da justiça social.

AS MATERNIDADES NEGRAS NO BRASIL

A maternidade negra no Brasil carrega marcas profundas de uma herança histórica atravessada por dor, resistência e apagamento social. Desde o período colonial, mulheres negras foram violentadas, exploradas e privadas de qualquer autonomia sobre seus corpos e sua capacidade reprodutiva. Como analisa Angela Davis (2016), a mulher negra escravizada não possuía domínio sobre sua sexualidade nem sobre a maternidade: era tratada como propriedade, instrumento de trabalho e reprodução, e não como sujeito de direitos. Nesse contexto, gerar filhos era, muitas vezes, consequência direta de estupros sistemáticos cometidos por senhores de engenho, compondo uma estrutura de violência que moldou a compreensão social da maternidade negra.

Mesmo após a abolição formal da escravidão, os estigmas construídos durante esse período persistiram e continuaram a orientar as percepções sociais sobre mulheres negras. A construção de sua imagem como corpo hipersexualizado, desvinculado de afetividade e de estabilidade familiar, permanece como um dos pilares do racismo e do sexismo no Brasil. Sueli Carneiro (2003) destaca que a intersecção entre essas opressões reduz a mulher negra à sua corporeidade, apagando sua subjetividade e limitando seu reconhecimento enquanto sujeito pleno. Esses estereótipos seguem operando na contemporaneidade, influenciando relações, oportunidades e expectativas sociais.

Esse processo histórico reverbera diretamente na experiência da maternidade negra no século XXI. Muitas mulheres negras enfrentam jornadas intensas como mães solos, acumulando responsabilidades afetivas, domésticas e econômicas. Dados do Atlas da Violência (IPEA, 2023) apontam que elas são maioria entre as chefes de família sem cônjuge e com filhos, além de constituírem o principal grupo socioeconômico atendido por programas de transferência de renda. A chamada “solidão da mulher negra”, analisada por Djamila Ribeiro (2019), emerge desse cenário: uma combinação de abandono

afetivo, desigualdade estrutural e racismo que nega às mulheres negras o direito ao cuidado, à reciprocidade e ao amor, ao mesmo tempo em que exige delas força inabalável.

No campo da saúde, o racismo estrutural se apresenta de forma ainda mais brutal, especialmente durante o ciclo gravídico-puerperal. A violência obstétrica, prática que reúne negligência, abuso, violação de direitos e desrespeito à autonomia do parto, atinge desproporcionalmente as mulheres negras. Muitas têm suas dores minimizadas, seus relatos desacreditados e seus corpos submetidos a procedimentos sem consentimento. Carla Akotirene (2019) evidencia que o mito racista de que “mulheres negras suportam mais dor” é resquício do racismo científico, que historicamente legitimou práticas violentas e naturalizou o sofrimento dessas mulheres.

Dados recentes ampliam essa compreensão. O estudo “Nascer no Brasil II” (2025) revelou que, no estado do Rio de Janeiro, a prevalência geral de violência obstétrica atingiu 65,3% das mulheres entrevistadas. Entre as agressões mais comuns estiveram exames vaginais inadequados (46,2%), negligência (31,5%) e abuso psicológico (21,7%). O estudo também apontou maior prevalência de violência entre mulheres com baixo nível de escolaridade, desempregadas, beneficiárias de programas sociais e usuárias majoritárias do sistema público de saúde. Além disso, mulheres com 35 anos ou mais, em trabalho de parto e primíparas apresentaram maior suscetibilidade a múltiplos tipos de violência (REVISTA DE SAÚDE PÚBLICA, 2025). Esses achados reiteram que raça, classe e gênero continuam determinando desigualdades profundas no acesso e na qualidade do cuidado.

Diante desse panorama, torna-se evidente que a maternidade negra não pode ser compreendida sem a análise crítica das estruturas sociais que moldam a vida dessas mulheres. Da escravização à contemporaneidade, discursos racistas e patriarcais têm definido quem é considerada digna de cuidado, quem tem direito ao amor e quem pode exercer a maternidade com autonomia e respeito. As evidências apresentadas reafirmam a urgência de políticas públicas antirracistas, práticas de saúde humanizadas e narrativas midiáticas comprometidas com a dignidade das mulheres negras. Reconhecer essa história, portanto, é essencial para romper padrões de violência, garantir direitos reprodutivos e promover justiça social no presente e no futuro.

MATERNIDADE, RACISMO E JORNALISMO BRASILEIRO

A relação entre mídia, gênero e representações sociais tem sido amplamente discutida no campo da comunicação, sobretudo quando se considera o papel estrutural que o jornalismo desempenha na construção do imaginário coletivo. Como prática discursiva e institucional, o jornalismo não apenas informa, mas seleciona, hierarquiza e enquadra acontecimentos, influenciando a forma como determinados grupos são percebidos socialmente (TRAQUINA, 2005). A maternidade, nesse sentido, é um tema profundamente atravessado por valores culturais, morais e simbólicos que se refletem diretamente nas narrativas jornalísticas. Assim, compreender como a mídia constrói e difunde discursos sobre o ser mãe torna-se essencial para analisar os modelos normativos e as disputas de sentido que estruturam o campo comunicacional.

O papel do jornalismo deveria ser o de comunicar de modo responsável, fomentar debates e ampliar perspectivas sobre questões sociais relevantes. Contudo, muitas vezes, sua cobertura reforça estereótipos em vez de questioná-los. A maneira como os veículos selecionam pautas, definem enquadramentos e constroem narrativas possui impacto direto na forma como a sociedade entende tanto a maternidade quanto as mulheres de forma geral. Ao insistir em representações idealizadas, como a figura da mãe abnegada, sacrificada e emocionalmente disponível, o jornalismo limita a pluralidade das experiências maternas e invisibiliza trajetórias que escapam desse modelo hegemônico.

Dessa forma, analisar como o jornalismo representa a maternidade é fundamental para compreender como essas narrativas moldam percepções públicas e reforçam padrões de gênero. As representações midiáticas, segundo Goffman (1979), estruturam interações e comportamentos sociais, enquanto Berger e Luckmann (1985) lembram que a realidade é socialmente construída por meio de processos comunicacionais. Isso significa que a mídia não apenas registra fenômenos, mas os produz simbolicamente, influenciando crenças, expectativas e práticas cotidianas em torno do que significa ser mãe.

Entretanto, apesar da relevância social e histórica da maternidade, as experiências das mães negras permanecem amplamente invisibilizadas no jornalismo tradicional. Pesquisas pioneiras, como as de Piza e Rosemberg

(1998), e estudos recentes de Ferreira (2021) e Djamila Ribeiro (2019) mostram que a mídia brasileira segue reforçando estereótipos racializados e de gênero, seja através da ausência de mulheres negras como fontes, seja por sua representação estigmatizada. Relatórios da ONU Mulheres (2021) e da Agência Gênero e Número (2022) também indicam a sub-representação das mulheres negras nas pautas jornalísticas, o que contribui para uma visão homogênea e excludente da maternidade no Brasil, frequentemente centrada no ponto de vista branco, de classe média e heteronormativo.

Nesse cenário de invisibilidade, novas possibilidades de expressão emergem a partir de meios alternativos, especialmente das redes sociais digitais. Plataformas como Instagram, YouTube e TikTok têm se tornado espaços onde mulheres negras narram suas vivências, denunciam violências, constroem redes de apoio e reivindicam direitos historicamente negados. Esses ambientes funcionam como territórios de contra-narrativas, tensionando a hegemonia do jornalismo tradicional e ampliando a pluralidade de discursos sobre maternidade, cuidado e família. É nesse movimento que a comunicação contemporânea se reinventa, abrindo espaço para perspectivas que antes eram silenciadas ou marginalizadas.

Ainda assim, observa-se que o jornalismo tradicional permanece marcado por traços machistas, racistas e conservadores, legados de uma cultura patriarcal e colonial que persiste nas práticas profissionais (RIBEIRO, 2017; ALMEIDA, 2020). Essa cultura fortalece a imagem da mulher enquanto sujeito destinado prioritariamente à procriação e ao cuidado doméstico, ao mesmo tempo em que desconsidera a diversidade das experiências maternas, sobretudo as vividas por mulheres negras. Tal estrutura revela que a mídia não é neutra: ela reproduz e legitima desigualdades sociais, influenciando diretamente quem tem visibilidade, quem é reconhecida e quem permanece silenciada.

Em síntese, compreender as representações jornalísticas da maternidade e, especialmente, da maternidade negra é fundamental para revelar as desigualdades simbólicas que moldam a vida das mulheres no Brasil. Ao tensionar os discursos hegemônicos e dar visibilidade a narrativas plurais, torna-se possível construir um campo comunicacional mais ético, inclusivo e comprometido com a justiça social. A democratização das vozes maternas,

portanto, não é apenas uma demanda política, mas um imperativo para que o jornalismo cumpra seu papel social de informar com responsabilidade e contribuir para uma sociedade mais equitativa.

ANÁLISE DO PERFIL "MÃES PRETAS"

A Associação Mães Pretas, fundada em 2019 em Porto Alegre (RS) pelas irmãs Adriana e Andréa Centeno, nasce como resposta à ausência de referências positivas sobre a maternidade negra nos meios de comunicação e no convívio social. O projeto se inicia a partir do incômodo gerado por um vídeo viral sobre maternagem que desconsiderava afetos e especificidades raciais, evidenciando a necessidade de criar um espaço de escuta, troca e acolhimento voltado exclusivamente para mães negras.

Figura 1. Primeiras postagens do perfil



Fonte: Print do perfil do Instagram "Mães Pretas" (2025)

A primeira publicação no Instagram ocorreu em 22 de maio de 2019, marcando o início de sua presença digital. Desde então, o perfil consolidou-se como um ambiente de comunicação alternativa que articula cuidado, afeto e identidade. Segundo Adriana Centeno, atual presidente da associação e administradora do perfil, o objetivo inicial era oferecer um espaço representativo que fortalecesse mulheres negras frente aos desafios cotidianos da maternidade, afirmando: "A maternidade negra precisava de um lugar de escuta e troca, não de julgamento".

O crescimento do perfil revela sua relevância social: até novembro de 2025, reúne cerca de 10,9 mil seguidores e alcançou mais de 35 mil contas nos

últimos 30 dias. O histórico de postagens demonstra engajamento constante ao longo dos anos, ainda que com variações no ritmo de publicação. Mesmo com uma leve redução no número de posts a partir de 2023, o perfil mantém coerência temática e uma média consistente de interações, com aproximadamente 80 curtidas e 10 comentários por publicação.

Figura 2. Perfil no Instagram



Fonte: Print do perfil do Instagram “Mães Pretas” (2025)

Visualmente, o perfil é marcado por tons quentes, especialmente laranja e amarelo, que remetem ao afeto, à força e à ancestralidade. A imagem de perfil, representada por mãos entrelaçadas, simboliza união e apoio mútuo. Na biografia, a associação se define como “um espaço aberto à escrita e à expressão de todas as mães pretas”, evidenciando seu compromisso com a pluralidade narrativa e com a construção coletiva de um lugar de fala.

A localização do projeto em Porto Alegre, cidade cuja população negra é historicamente sub-representada (IBGE, 2022), confere ainda mais relevância ao trabalho desenvolvido. Adriana destaca que “em Porto Alegre, a gente percebe o quanto é importante se ver representada, porque não somos maioria”, reforçando a importância de criar espaços onde mães negras possam construir pertencimento e visibilidade.

A linha editorial do Mães Pretas combina temas como autoestima, identidade, ancestralidade, educação infantil e afeto. Projetos como o “Kilombinho de Verão”, com enfoque afrocentrado, e a “Gira de Leitura”, voltada ao fortalecimento intelectual e emocional das mães, exemplificam o caráter

pedagógico e comunitário da iniciativa. Tais ações demonstram a intenção de ressignificar a maternidade negra para além da dor, evidenciando o cuidado, a alegria e a potência que constituem essas vivências.

Entre as postagens mais engajadas está o conteúdo publicado no Dia das Mães de 2025, que utiliza um trecho de “Capítulo 4, Versículo 3”, dos Racionais MC’s. O uso de referências culturais negras dialoga com experiências estéticas e afetivas das seguidoras, produzindo forte identificação e ampliando a dimensão simbólica do projeto. A repercussão do post revela a capacidade das Mães Pretas de articular arte, cultura e maternidade como ferramentas de resistência e reflexão coletiva.

Figura 3. Postagem sobre o dia das mães



Fonte: Print do perfil do Instagram “Mães Pretas”(2025)

O perfil também se destaca pelo compartilhamento das vivências pessoais de Adriana Centeno, que utiliza o espaço para relatar momentos de sua rotina materna, sonhos pessoais e conquistas simbólicas, como assistir ao show de Beyoncé, sua principal referência de força e maternidade negra. Tais narrativas ampliam o caráter afetivo do perfil e aproximam o público da realidade cotidiana das mães envolvidas no projeto.

Outro elemento central da associação é o grupo de WhatsApp ativo 24 horas por dia, funcionando como uma rede contínua de apoio entre as participantes. Segundo Adriana, “a maternidade não tem hora”, e o grupo se torna fundamental para acolher dúvidas, desabafos e demandas emergenciais. Esse ambiente expande o alcance do projeto e sustenta sua proposta de cuidado integral, conectando o digital ao comunitário.

A análise do perfil foi aprofundada por meio de uma entrevista realizada em 04 de novembro de 2025 com a co-fundadora. A conversa permitiu compreender motivações, desafios e estratégias de comunicação adotadas. A entrevista reforça que o Mães Pretas não surge apenas como um coletivo de mães, mas como um projeto político-afetivo que reposiciona mulheres negras como protagonistas de suas próprias histórias, algo historicamente negado pela mídia tradicional.

Figura 4. Entrevista com a administradora do perfil



Fonte: Print da vídeo chamada (2025)

As publicações analisadas revelam um conjunto de estratégias comunicacionais que aproximam o projeto de práticas de jornalismo sensível e comunitário. Cada legenda, imagem ou relato funciona como uma micronarrativa que contrasta com o silêncio midiático sobre a maternidade negra, oferecendo representações humanas, complexas e plurais. O engajamento orgânico encontrado, composto por comentários afetivos, relatos pessoais e trocas de identificação, indica que o público reconhece autenticidade e legitimidade nas narrativas compartilhadas.

Nesse sentido, o Mães Pretas atua na interseção entre ativismo digital e jornalismo comunitário, propondo um modelo de comunicação humanizada, construída “de dentro”, pelas próprias mulheres negras. O projeto menciona a invisibilidade da mídia tradicional e amplia a circulação de narrativas sobre maternidades plurais, contribuindo para deslocar estereótipos e promover justiça representacional.

Em síntese, os resultados indicam que o Mães Pretas se consolida como

um espaço alternativo de comunicação e produção simbólica que amplia o repertório de representações sobre a maternidade negra, unindo afeto, resistência e participação social. Ao ocupar esse lugar de fala, o projeto transforma experiências antes marginalizadas em narrativas valorizadas, fortalecendo identidades e colaborando para a construção de uma comunicação mais ética, plural e comprometida com a diversidade das vivências maternas no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou que o *Mães Pretas* se configura como um espaço digital de comunicação alternativa que promove acolhimento, pertencimento e fortalecimento identitário entre mulheres negras. As análises das publicações e a entrevista realizada indicam que a combinação entre redes sociais, como Instagram e WhatsApp, potencializa formas de comunicação afetiva capazes de construir vínculos, apoiar trajetórias maternas e ampliar a autonomia narrativa dessas mulheres em um ambiente historicamente marcado por silenciamentos.

Os resultados também demonstram que iniciativas como o *Mães Pretas* tensionam lacunas do jornalismo tradicional ao revelar a necessidade de práticas comunicacionais mais plurais, sensíveis e comprometidas com a diversidade das experiências maternas no Brasil. Para a continuidade e aprofundamento das reflexões, novos estudos são urgentes e necessários. Sugere-se uma análise comparativa detalhada entre a cobertura da maternidade negra em veículos tradicionais e em espaços digitais de resistência, visando mensurar as assimetrias representacionais e avaliar a efetividade de cada plataforma na promoção da justiça. Outras frentes de pesquisa incluem investigar o impacto prático do engajamento em redes de apoio digital no enfrentamento do racismo obstétrico e da solidão da mulher negra, bem como realizar estudos longitudinais que acompanhem a evolução e a sustentabilidade política e social dessas iniciativas de comunicação comunitária ao longo do tempo. Esperamos que estas reflexões incentivem a adoção de modelos de comunicação mais éticos e plurais, tanto no jornalismo estabelecido quanto em iniciativas independentes.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. ***Interseccionalidade***. São Paulo: Pólen, 2019.

ALMEIDA, Silvio. ***Racismo estrutural.*** São Paulo: Pólen, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). *NBR 6023:2018 — **Informação e documentação** — Referências — Elaboração.* Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

AGÊNCIA GÊNERO E NÚMERO. ***As mulheres negras na mídia:*** *fontes e protagonismo.* São Paulo: Agência Gênero e Número, 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. ***Política Nacional de Humanização***. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. ***Manual Técnico: Humanização da Atenção ao Parto e Nascimento.*** Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

CARNEIRO, Sueli. ***Mulher negra: política, crítica e resistência***. São Paulo: Selo Negro, 2003.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. *Estudos Feministas,* Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171–188, 2002.

DAVIS, Angela. ***Mulheres, raça e classe***. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERREIRA, Camila. ***Mulheres negras e mídia:*** *representações e resistências.* São Paulo: USP, 2021.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). ***Nascer no Brasil II:*** *violência obstétrica no estado do Rio de Janeiro – estudo de prevalência. Revista de Saúde Pública,* Rio de Janeiro, 2025.

GONZALEZ, Lélia. ***Racismo e sexismo na cultura brasileira.*** São Paulo: Summus, 1984.

HOOKS, bell. ***O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras***. 2. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). ***Censo Demográfico 2022:*** *População residente por cor ou raça, segundo os municípios.* Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br. Acesso em: 8 nov. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). ***Atlas da Violência*** *2023.*

Brasília: IPEA, 2023. **MÃES PRETAS**. *Página inicial.* Instagram, Porto Alegre, 2025. Disponível em: https://www.instagram.com/maespretas/. Acesso em: 8 nov. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

ONU MULHERES. ***Relatório sobre a representação das mulheres negras na mídia brasileira.*** Brasília: ONU Mulheres, 2021.

PACHECO, Ana Flávia Magalhães. **A mulher negra e a mídia: representações e silenciamentos**. In: PINTO, Regina; SOARES, Rosana (orgs.). Mídia e identidade. São Paulo: Educ, 2017. p. 45–61.

PIZA, Edith; ROSEMBERG, Fúlvia. **Cor nos cadernos: a criança negra na escola**. São Paulo: Cortez, 1998.